



XXXVIII ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica



COMITÊ TRIBUTÁRIO

19 a 23 de novembro de 2022
Costão do Santinho - SC

Incentivos Fiscais nas regiões abrangidas pela SUDENE e SUDAM

Segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia

realização



ABRACONEE

Associação Brasileira dos Contadores
do Setor de Energia Elétrica

Palestrante:

Maria do Carmo Leocádio
Sócia EY

Moderador:

Alberto Henrique de Lima Oliveira
Diretor Técnico Tributário da ABRACONEE

O que está na agenda de hoje?

1

Incentivos Fiscais SUDENE/SUDAM

Regras Gerais – Revisão dos conceitos e riscos relacionados a obtenção e renovação dos Incentivos Fiscais

Linha do Tempo – Fruição do incentivo de Redução do IRPJ no Setor de Infraestrutura de Energia Elétrica

Gestão dos incentivos fiscais e contribuição necessária por área de negócio

Aprovação prévia para pleitos com entrada em operação após 31/12/2023 e o Projeto de Lei 4.416/21

Quais os próximos passos?

Comentários acerca dos reflexos do Lucro da Exploração na Escrituração Contábil Fiscal – ECF (Tratamento do AVJ, JCSP e Receitas de Construção)

2

Hot Topics

Apuração do incentivo fiscal de Redução do IRPJ, em projetos com trechos em Região não incentivada pela SUDENE/SUDAM

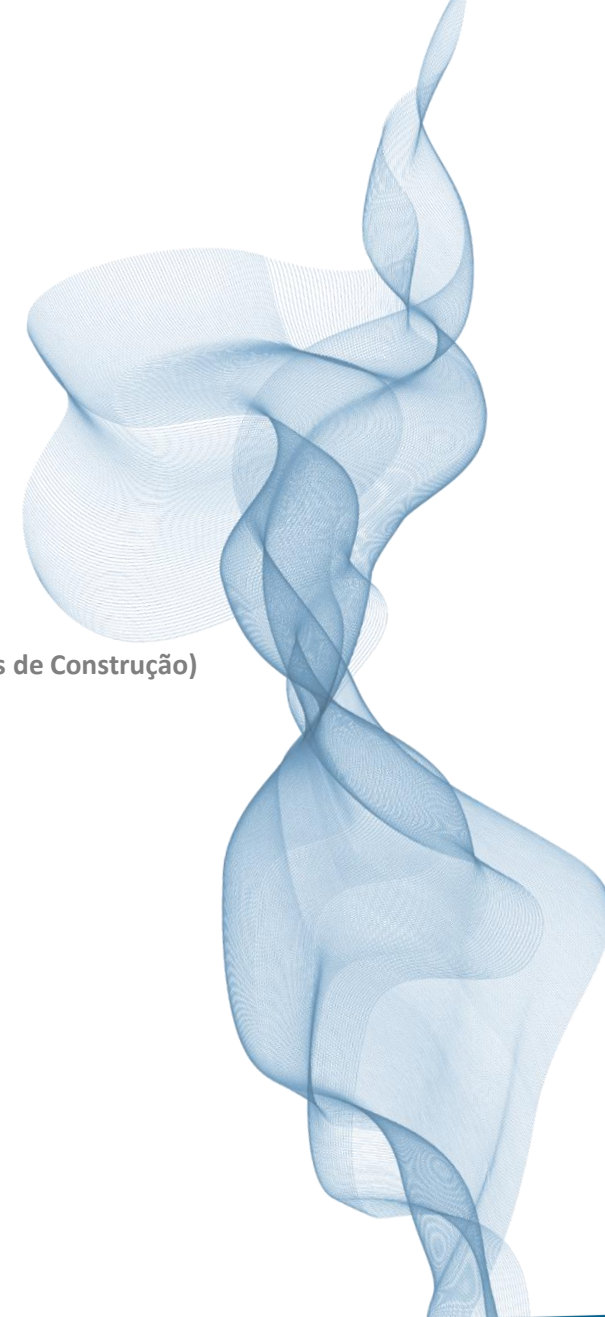
Ajustes decorrentes de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)

Alguns dos questionamentos RFB acerca do Lucro da Exploração

3

Fechamento

Abertura para dúvidas e demais contribuições



1

Incentivos Fiscais SUDENE/SUDAM

Regra Geral – Revisão dos conceitos e riscos relacionados a obtenção e renovação dos Incentivos Fiscais

Aspectos Gerais

Os Incentivos fiscais promovidos pela SUDENE e SUDAM são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos cujas atividades são consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico regional, reduzindo a carga tributária e promovendo a melhoria da competitividade das empresas.

Principais modalidades:



Implantação*.

Aplicável a primeira solicitação do Incentivo de Redução de 75% do IRPJ realizada pelo projeto, é aquele que proporciona a entrada de uma nova unidade produtora na área de atuação da SUDENE/SUDAM.



Modernização Total.

Aplicável à pleitos relacionados a projetos que já foram beneficiados com o Incentivo de Redução de 75% na modalidade implantação, é aquele onde se busca evidenciar o emprego de novas tecnologias, novos métodos e meios racionais de produção, modernizando completamente o processo produtivo de um empreendimento.



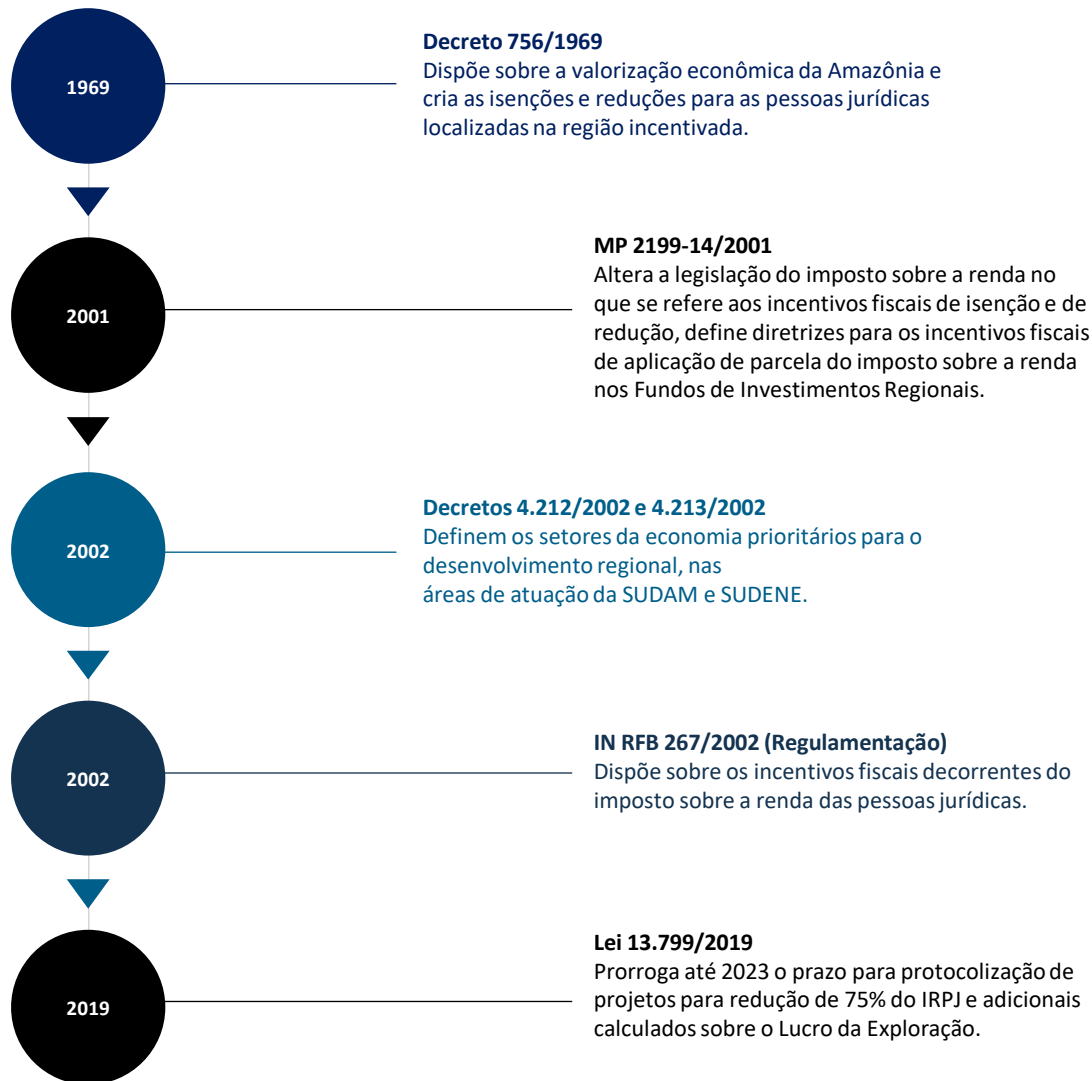
Demais modalidades: diversificação, modernização parcial e ampliação, pré-aprovação.

Modalidade	Pré-Requisitos	
	Descrição	Perfil de Risco
Implantação	Localização e operação em área de atuação da SUDENE/SUDAM	Baixo*
	Atividades do empreendimento considerada como prioritários para o desenvolvimento regional, nos termos do Decreto nº 4.213/2002 para área de atuação da SUDENE e no Decreto nº 4.212/2002 para área de atuação da SUDAM	Baixo*
	Tributação com base no lucro real, para efeito de fruição deste benefício fiscal.	Baixo*
Modernização Total	Em um pleito de modernização total, todas as pré-condições da modalidade de implantação deverão ser atendidas.	Baixo*
	Possuir projetos que conjuntamente comprovem que o processo produtivo atual foi totalmente modernizado em relação ao projeto produtivo apresentado em eventual pleito de implantação, atendendo ao conceito de modernização total previsto no Decreto nº 6.539/2008. <i>Projeto de modernização total: o destinado à introdução de novas tecnologias ou novos métodos ou meios mais racionais na linha de produção original ou ainda de alterações do produto, visando melhoria no processo produtivo ou no produto final capazes de apresentar resultados mais eficientes em relação ao processo produtivo ou à produção anterior, independentemente de alteração da capacidade real instalada do empreendimento.</i>	Alto
Pré-aprovação SUDENE	Obtenção de pré-aprovação para projetos que entrarão em operação comercial após dez/2023.	Baixo*
Pré-aprovação SUDAM	Obtenção de pré-aprovação para projetos que entrarão em operação comercial após dez/2023.	Alto

* A atribuição de perfil de risco baixo não representa a alocação de menor esforço no processo de obtenção dos incentivos fiscais.

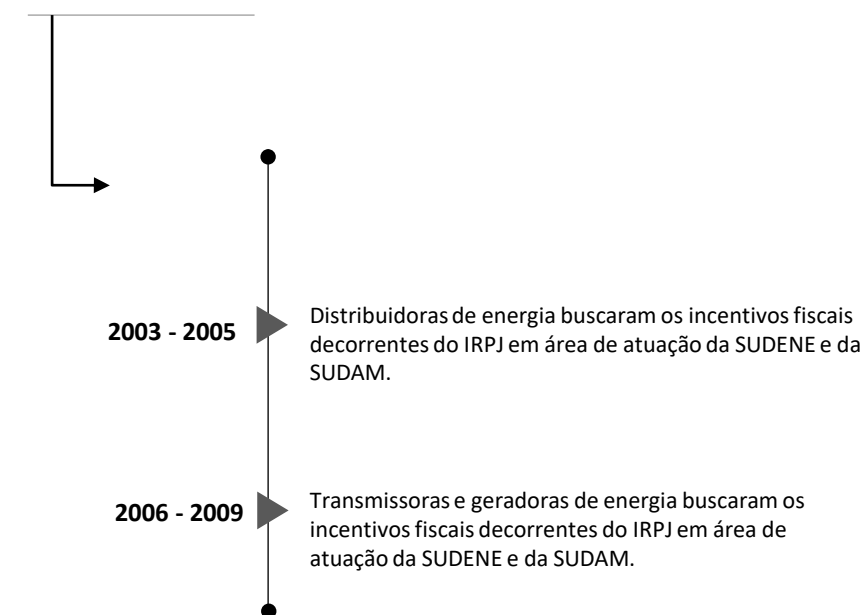
Linha do Tempo – Fruição do incentivo de Redução do IRPJ no Setor de Infraestrutura de Energia Elétrica

Principais Milestones – Contexto Atual

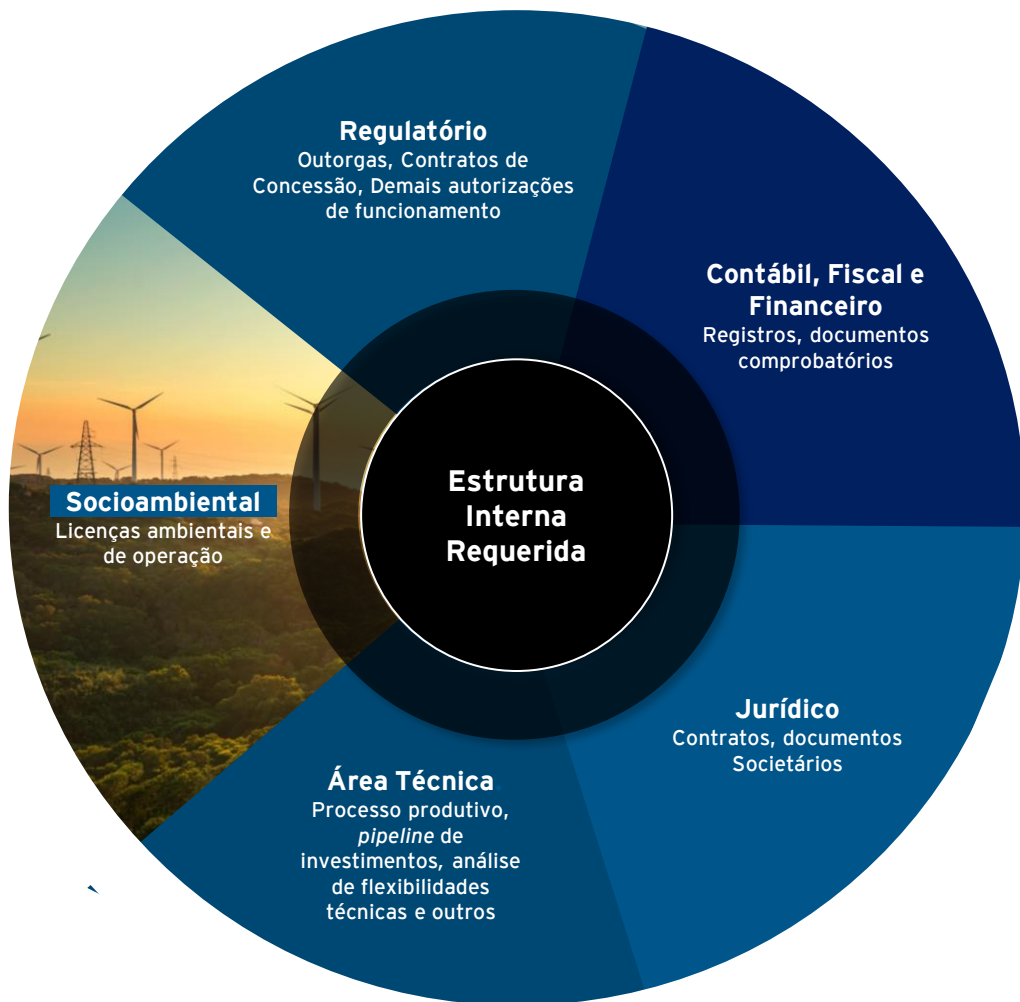


A busca tardia pelos incentivos decorrentes do IRPJ pelos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, refletem numa maturidade menor do projeto, para fins desses benefícios. Ou seja, os ciclos de renovação de incentivos fiscais/modernização total para tais empreendimentos, estão em fase inicial.

No segmento de distribuição, verifica-se que os projetos existentes encontram-se em um segundo ciclo de renovação de benefícios ou de modernização total.



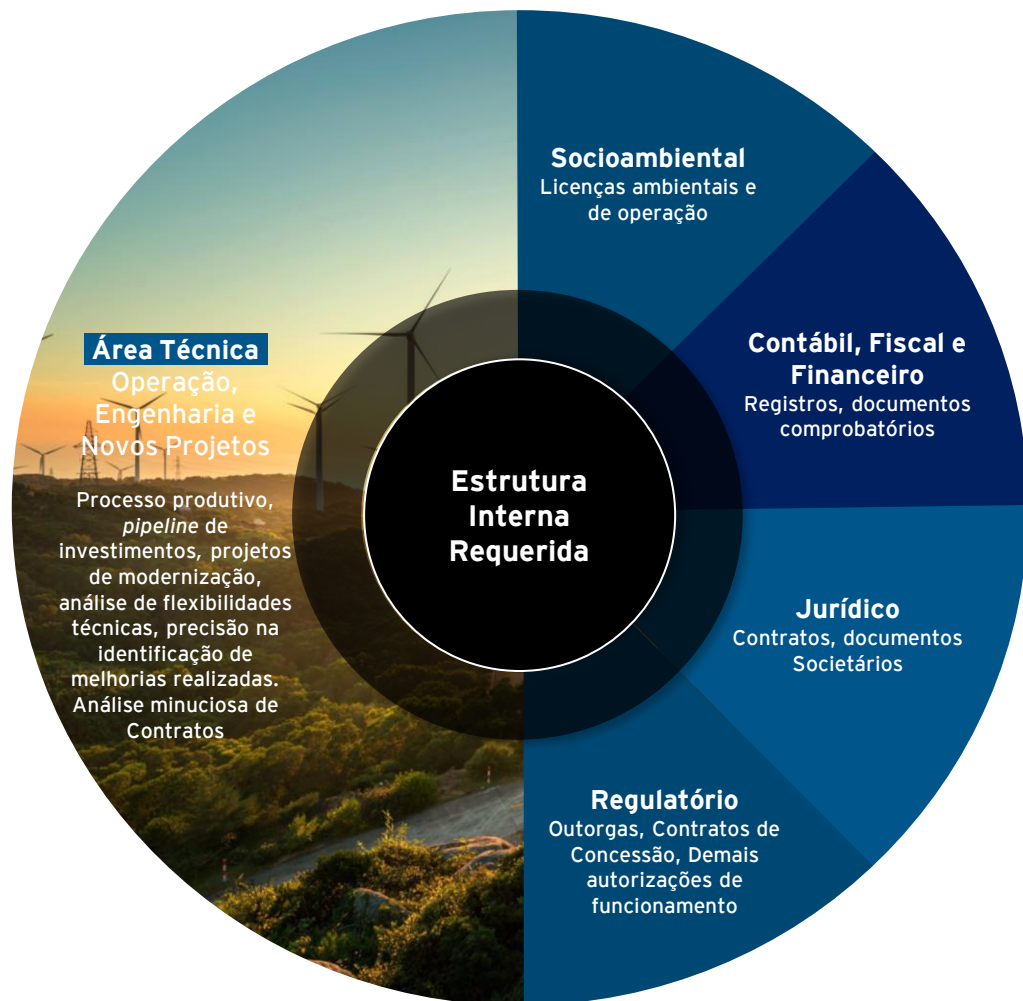
Gestão dos incentivos fiscais e contribuição necessária por área de negócio



Nível de alocação de esforço por área de negócios – Implantação



Gestão dos incentivos fiscais e contribuição necessária por área de negócio



Nível de alocação de esforço por área de negócios – Modernização Total



Aprovação prévia para pleitos com entrada em operação após 31/12/2023 e o Projeto de Lei 4.416/21



Projetos com entrada em operação após 2023

Com o prazo legal para aprovação de projetos expirando em dezembro/23, diante do risco de não renovação, cabe aos titulares de projetos com projeção de entrada em operação comercial ou investimentos em modernizações projetadas para a partir de 2024, buscar uma pré-aprovação para garantir uma obtenção futura, por um período de 10 anos, do incentivo de redução de 75% do IRPJ por implantação ou por modernização Total.

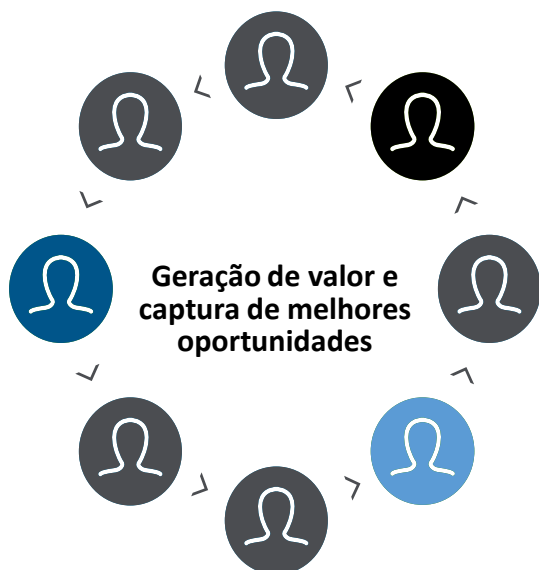
Importante ressaltar que no âmbito da SUDENE a possibilidade da pré-aprovação já consta em Ato Regulamentador e na SUDAM, diferente de períodos anteriores, não possui previsão legal para esse pedido. Desta forma, o risco para projetos instalados na região da SUDAM em não conseguir pleitear incentivo após 2024 é maior e cabe uma aproximação ao órgão para buscar um alinhamento e uma equiparação de sua legislação à da SUDENE.



Comentários acerca do Projeto de Lei 4.416/21

- O projeto, de autoria do Deputado Júlio Casar (PSD-PI), tramita em caráter conclusivo e prever a manutenção dos termos atuais dos incentivos fiscais decorrentes do IRPJ (SUDENE e SUDAM);
- Em 10/11/2022, o PL obteve parecer favorável da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia;
- Projeto recepcionado pela Comissão de Finanças e Tributação em 16/11/2022. Designado ao relator Dep. Eduardo Bismarck (PDT-CE);
- O Projeto deverá ser apreciado em ato subsequente pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Quais são os próximos passos?



Avaliação de incentivos em fruição e revisão das condicionantes, gatilhos, limites e demais obrigações

Geração de valor ao cenário *As Is* mediante a avaliação dos incentivos já obtidos, identificando eventuais gatilhos ou limitações de fruição, propondo, quando aplicável, as salvaguardas necessárias.

Projetos em *Pipeline* e investimentos previstos nos empreendimentos em operações

Obtenção de novos incentivos juntos aos entes públicos, assim como recondução/ajuste/alteração dos incentivos concedidos à empreendimentos já em operação, considerando limites legais para obtenção de incentivos, quais sejam, até 31/12/2023, para Reduções do IRPJ e até 31/12/2032, para Reduções do ICMS, bem como ajustes regulatórios, como a renovação de contratos de concessão durante a vigência dos incentivos.

Priorização e Planos de Ação

Definição de próximos passos, definindo a necessidade de documentos, mapeando pontos focais dentro da Companhia, assim como demonstrando os principais *milestones* dos incentivos e confeccionando um farol de priorização (*action log*).

Considerando que na solicitação do incentivo de Redução de IRPJ na modalidade Modernização Total são necessárias comprovações técnicas/operacionais acerca de melhorias/modernizações no processo e/ou produto objeto do benefício, é prudente avaliar a possibilidade de antecipar o pedido do novo benefício em pelo menos 3 anos antes do término da fruição - como forma de garantir o cumprimento de tais requisitos. Uma antecipação de investimentos, nos projetos de modernização da companhia, assim como como redefinições operacionais, poderão ser necessárias para se buscar o enquadramento ao benefício nesta modalidade em tempo oportuno.

Comentários acerca dos reflexos do Lucro da Exploração na Escrituração Contábil Fiscal – ECF

Conforme Manual de Orientação do Leiaute 8 da ECF e Tabelas Dinâmicas, aprovados pelo o Ato Declaratório Executivo Cofis nº 001/2022, a pessoa jurídica beneficiária dos incentivos fiscais decorrentes do IRPJ (SUDENE/SUDAM), deverão refletir sua condição de empresa incentivada nos seguintes registros obrigatórios da Escrituração Contábil Fiscal (ECF):

Registro	Descrição do Registro	Linha(s)
0020	Parâmetros Complementares	11
N600	Demonstração do Lucro da Exploração	Todo Registro, conforme enquadramento
N610	Cálculo da Isenção e Redução do Imposto Sobre o Lucro Real	Todo Registro, conforme enquadramento
N630	Apuração do IRPJ Com Base no Lucro Real	17
X280	Atividades Incentivadas – PJ em Geral	Todo Registro, conforme enquadramento

O tratamento do AVJ deverá ser efetuado em linhas específicas na demonstração do LEX.



Ajustes previstos para o Lucro da Exploração – Registro N600

Ajustes ao Lucro Líquido - Cálculo do Lucro da Exploração	
1	(+) Outras Despesas (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)
2	(+) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
3	(+) Prejuízos na Alienação de Participações Integrantes do Ativo Circulante ou do Ativo Realizável a Longo Prazo
4	(+) Resultados Negativos em Participações Societárias e em SCP
5	(+) Variações Cambiais Passivas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)
6	(+) Variações Cambiais Ativas - Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)
7	(+) Perdas em Operações Realizadas no Exterior
8	(+) Tributos e Contribuições - Exigibilidade Suspensa
9	(+) Ajuste de Receitas de Exportação - Preços de Transferências
10	(+) Ajustes: Reservas de Reavaliação e Especial
11	(+) Despesas e Custos com Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores em Empresas e Entidades Nacionais Realizados com Recursos de Subvenções Governamentais (Lei nº 10.973/2004, art. 19)
12	(+) Despesas e Custos com Remuneração de Pesquisadores Empregados em Atividades de Inovação Tecnológica em Empresas no País Realizados com Recursos de Subvenções Governamentais (Lei nº 11.196/2005, art. 21)
13	(+) Perdas Decorrentes de Avaliação de Ativos ou Passivos com Base no Valor Justo (Decreto nº 1.598/77, art. 19, VI).
14	(-) Outras Receitas (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)
15	(-) Ganhos na Alienação de Participações Integrantes do Ativo Circulante ou do Ativo Realizável a Longo Prazo
16	(-) Resultados Positivos em Participações Societárias e em SCP
17	(-) Rendimentos e Ganhos de Capital Auferidos no Exterior
18	(-) Variações Cambiais Ativas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)
19	(-) Variações Cambiais Passivas - Operações Liquidadas (MP nº 1.858-10/1999, art. 30)
20	(-) Prêmios na Emissão de Debêntures
21	(-) Doações e Subvenções para Investimento
22	(-) Receitas de Subvenções Governamentais para Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos e Processos Inovadores em Empresas e Entidades Nacionais.(Lei nº 10.973/2004, art. 19)
23	(-) Receitas de Subvenções Governamentais para Remuneração de Pesquisadores Empregados em Atividades de Inovação Tecnológica em Empresas no País.(Lei nº 11.196/2005, art. 21)
24	(-) Receitas Financeiras Excedentes das Despesas Financeiras
25	(-) Ganhos Decorrentes de Avaliação de Ativos ou Passivos com Base no Valor Justo (Decreto nº 1.598/77, art. 19, VI).
26	(-) Outras Exclusões
Lucro da Exploração	

Comentários acerca dos reflexos do Lucro da Exploração na Escrituração Contábil Fiscal – ECF

➤ Lei 11.941 de 2009 – Instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT)

- Com o objetivo de neutralizar os efeitos das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638 de 2007, os ajustes de RTT foram incluídos na apuração do Lucro Real e no cálculo do Lucro da Exploração e evidenciados nas DIPJs e ECF (até o ano calendário 2014).

➤ Lei 12.973 de 2014 - revogou o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 2009 – através da adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis e, assim, extinguiu o RTT e estabeleceu uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, a partir de ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal.

• Ajustes do LEX – Inclusão pela Lei 12.973/2014

Art. 19. Considera-se lucro da exploração o lucro líquido do período-base, ajustado pela exclusão dos seguintes valores: (Redação dada pela Lei nº 7.959, de 1989) (...)

V - as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção e redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e as doações, feitas pelo poder público; e (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014)

VI - ganhos ou perdas decorrentes de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo. (Incluído pela Lei nº 12.973, de 2014)

• Art. 58 - Lei 12.973/2014

Art. 58. A modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas atribuições, identificar os atos administrativos e dispor sobre os procedimentos para anular os efeitos desses atos sobre a apuração dos tributos federais.

ECF ac 2018 /2019	
Inclusão de Linhas específicas para o ajuste do art. 58 no Registro N600	
Código	Descrição
35.10	Ajuste positivo em função de diferenças apresentadas nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014
46.10	(-) Ajuste negativo em função de diferenças apresentadas nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014

ECF a partir do AC 2020	
Exclusão das Linhas específicas para o ajuste do art. 58 no Registro N600	
Código	Descrição
35.10	Ajuste positivo em função de diferenças apresentadas nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014
46.10	(-) Ajuste negativo em função de diferenças apresentadas nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014

Comentários acerca dos reflexos do Lucro da Exploração na Escrituração Contábil Fiscal – ECF

➤ Juros Sobre Capital Próprio – JSCP

Com a aprovação do ICPC 08, em 01/06/2012 e Deliberação CVM nº 683, e 30 de agosto de 2012, ficou consignado que o tratamento contábil dado aos JCP deve, por analogia, seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório, ou seja, tratam-se de valores que deverão transitar em Contas de Patrimônio Líquido.

A Lei 9.249/1995, ao tratar do JSCP, permitiu ao contribuinte a exclusão desses valores na base de cálculo do Lucro Real.

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Em relação ao Lucro da Exploração, não houve norma que objetivou acrescentar ajustar em sua demonstração.



A Deliberação CVM nº 683, e 30 de agosto de 2012, revogada pela Deliberação CVM nº 143, de 15 de junho de 2022, que trouxe os mesmos termos, em relação ao JSCP, em sua redação vigente.

Item 10. Os juros sobre o capital próprio – JCP são instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei 9.249/95. É prática usual das sociedades distribuírem-nos aos seus acionistas e imputarem-nos ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação vigente.

Item 11. Assim, o tratamento contábil dado aos JCP deve, por analogia, seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório. O valor de tributo retido na fonte que a companhia, por obrigação da legislação tributária, deva reter e recolher não pode ser considerado quando se imputam os JCP ao dividendo obrigatório.



2

Hot Topics



Apuração do incentivo fiscal de Redução do IRPJ, em projetos com trechos em Região não incentivada pela SUDENE/SUDAM

- Os empreendimentos cujos investimentos perpassam regiões não incentivadas, deverão ter suas receitas proporcionalizadas a parcela da operação que for incentivada, para fins de cálculo da Redução do IRPJ. Uma avaliação da metodologia de cálculo mais aderente ao contexto operacional do empreendimento, deverá ser realizada para fins de aproveitamento do potencial máximo do benefício fiscal, observando todos os requisitos e premissas legais.

Instrução Normativa RFB 267/2002

Art. 62. Quando se verificar a exploração de mais de uma atividade incentivada, será reconhecido o direito ao benefício de isenção ou redução de cada atividade incentivada.
(...)

§ 3º Se a pessoa jurídica mantiver atividades não incentivadas, deverá efetuar, em relação às atividades beneficiadas, registros contábeis específicos para efeito de destacar e demonstrar os elementos de que se compõem os respectivos custos, receitas e resultados.

§ 4º Na hipótese de o sistema de contabilidade adotado pela pessoa jurídica não oferecer condições para apuração do lucro da exploração de cada atividade, este deverá ser determinado com base no seguinte critério:

I - soma da receita líquida de vendas correspondente à atividade incentivada de todos os estabelecimentos beneficiados com o mesmo percentual de redução do imposto;

II - soma da receita líquida de vendas correspondente à atividade incentivada de todos os estabelecimentos beneficiados com isenção do imposto;

III - aplicação, sobre o total do lucro da exploração, de percentagem igual à relação, no mesmo período, entre o valor de cada uma destas somas e o total da receita líquida de vendas da pessoa jurídica.



Ajustes decorrentes de Pronunciamentos Contábeis (CPCs)

- A forma de realizar a neutralidade da aplicação dos CPC's que entraram em vigor a partir de 2015, em relação as apurações do Lucro Real e do Lucro da Exploração, foi fornecida pela própria Receita Federal do Brasil (RFB).

Semelhante a postura adotada quando do RTT, a RFB criou no arquivo da ECF, linhas específicas para que a neutralidade tributária fosse assumida pelas empresas na apuração do Lucro Real, Bloco M – Registro M300 e igual ajuste no Lucro da Exploração Bloco N – Registro N600. Tais ajustes foram possíveis para os períodos findos até 2019.

Como indicado anteriormente, a partir do Ano Calendário 2020 a RFB efetuou a retirada das linhas específicas implementados em períodos anteriores para realização de tais ajustes no cálculo do Lucro da Exploração (Registro N600).

Diante disso, uma avaliação do contexto tributário, com adoção dos CPCs – pós Lei 12.973/2014, devem ser efetuadas, para mensurar eventual impactos no apuração dos tributos.



Questionamentos da Receita Federal do Brasil

- Durante a fruição dos incentivos fiscais decorrentes do IRPJ, questionamentos do fisco poderão ser percebidos. De forma geral, estes podem estar relacionados a forma de apuração das receitas incentivadas, adições e/ou exclusões realizadas, assim como quanto ao produto/operação objeto do benefício e suas respectivas capacidades aprovadas em Laudo Constitutivo.

Recorte de questionamentos recepcionados e respondidos em um grande grupo empresarial do setor elétrico

- Explicar as adições sob a classificação de “Ajuste Positivo nos Termos do art. 58 da Lei n.º 12.973/2014”.
- Justificar a adição classificada como “Perdas Decorrentes de Avaliação de Ativos ou Passivos com Base no Valor Justo (Decreto n.º 1.598/77, art 19. VI)”, no ano-calendário 2019.
- Informar a conta contábil de reserva de lucros para onde foi destinado o imposto de renda não pago, em virtude do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ.
- Justificar a movimentação da conta indicada no item anterior, evidenciando a origem e destinação dos valores creditados/debitados.
- Apresentar o comprovante do depósito efetuado no Banco do Nordeste, referente ao benefício fiscal de redução por reinvestimento de 30% do IRPJ.
- RBSE – A RFB comunicou a empresa que a receita com RBSE não deduzida no lucro da exploração, semelhante ao procedimento adotado no Lucro Real, não correspondia a receita incentivada. Dessa forma, o incentivo seria glosado.
- Apresentar cópia das Notas Fiscais de vendas de mercadoria/serviço emitidas pela empresa. As Notas Fiscais devem ser agregadas por mês e estabelecimento.
- Questionamento em relação a item considerado como incentivado, mas não abrangido pelo Laudo Constitutivo aprovado, refletindo em glosa de parte do incentivo aproveitado.



3

Fechamento

Momento para Dúvidas e Contribuições

Obrigada!

Maria do Carmo Leocádio

Sócia da EY

E-mail: maria.c.leocadio@br.ey.com

Telefone: (81) 98161-6688